

Editorial

Apresentamos o segundo número da Revista Eletrônica *Serviam Juris*, publicação cujo propósito constitui, como ressaltado no Editorial de seu primeiro número, ser um veículo de promoção dos debates dos temas em que se empenha o Grupo de Pesquisa “Democracia, Razão e Desafios dos Direitos Fundamentais no Brasil”, abrigado na Universidade Santa Úrsula, que reúne Linhas de Pesquisa, Projetos de Pesquisa e outras atividades que conectam os conceitos de Democracia e Razão com os desafios da fundamentação e da efetivação dos Direitos Fundamentais no Brasil.

O número atual contém sete artigos que abordam diferentes temas do Direito, mas que se conectam através da relação que cada um deles possui com a Democracia, a reflexão racional e a fundamentação e efetivação dos Direitos Fundamentais.

No primeiro texto, “Direito ao Esquecimento e Condenações Penais: uma Análise sob a Perspectiva da Saúde”, Júlia Gomes Pereira Maurmo analisa o direito ao esquecimento na perspectiva da saúde individual. O segundo texto, “A justificação Normativa das Decisões Judicativas segundo o Pensamento de Neil MacCormick e Ronald Dworkin no Contexto do Atual Problema Metodológico da Interpretação Jurídica”, Fabrício Renê Cardoso de Pádua ressalta que, por um lado, para Maccormick a coerência não é um critério forte o bastante para servir de fundamento para uma decisão, por outro lado, em Dworkin ela se apresenta como suficiente para embasar um ato judicativo. No terceiro texto, “A Moralidade Administrativa como Controle do Ato Administrativo Discricionário: uma Análise à Luz das Nomeações de Lula e Cristiane Brasil, Fernanda Morato da Silva Pereira, analisa, nos casos em questão, o conflito entre a liberdade especial do governante para manter sua governabilidade e o respeito à moralidade administrativa.

No quarto texto, “Repensando a Suficiência da Alteridade na Garantia da Solidariedade Transgeracional do Meio Ambiente: da Necessidade de Políticas Públicas efetivas”, Denise Canêdo Pinto indaga se a alteridade, “esse olhar para o outro despindo-se do eu” seria suficiente para garantir uma promessa em relação às gerações futuras, sobretudo no que diz respeito à aplicação do princípio da solidariedade transgeracional. No quinto texto, “Convenções da Organização Internacional do Trabalho e a Hierarquização na Ordem Jurídica Brasileira”, Graciane Rafisa Saliba debate a hierarquia conferida a uma convenção da OIT quando ratificada no panorama legislativo brasileiro, se lhe é conferida o status de lei ordinária, emenda constitucional, supralegal ou supraconstitucional. No sexto texto

“Introdução à Topografia de Atenas, de Larissa Barbosa Nicolosi Soares, analisa influência das prospecções arqueológicas acerca da topografia de Atenas na organização política e social de Atenas, evidenciando assim como a sociedade grega se organiza no espaço que comporta tanto a ásty, o núcleo urbano da cidade, como a khóra, seu espaço rural. No sétimo e último texto, “Assim na Terra como no Céu”, César Cardoso de Souza Neto parte da análise elaborada por Arno Dal Ri Júnior sobre a obra De Monarchia, de Dante Alighieri, enfatizando que ela “encoraja uma reflexão aprofundada sobre o contexto de conflitos entre os interesses do Papado e do Império que dividiram as pequenas comunas da Península Itálica no alvorecer do Renascimento Urbano, no século XIII” e, nessa medida, traz uma contribuição para filosofia política.

A diversidade dos temas publicados neste número demonstra que a efetivação dos Direitos Fundamentais é uma questão que abrange praticamente todas as áreas do Direito, o que reforça a necessidade de uma reflexão crítica e constante sobre eles e, conseqüentemente, da existência de veículos de publicação dessas reflexões.

Rio de Janeiro, novembro de 2017.

Professor Dr. Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno
Editor

Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Junior